



## ATA n.º 034/2016

Trigésima sessão ordinária de dois mil e dezesseis; Câmara Municipal de Inácio Martins; dezenove horas do dia dezenove de setembro; presentes todos os vereadores. No **EXPEDIENTE** constou a leitura da ata da sessão de doze de setembro, aprovada com todos os votos; Projeto de Lei n.º 027/2016 propondo alterações no artigo dezoito da Lei n.º 476/2009 (Estrutura Administrativa), referente as atribuições do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e gerenciamento do respectivo Fundo Municipal, encaminhado para as Comissões Permanentes, e da Indicação de Serviço n.º 010/2016, da Vereadora Rita Taborda solicitando a readequação da Rua Benjamin Constant. Na **TRIBUNA** o Vereador **GILNELSON** falou da audiência pública referente ao segundo quadrimestre realizada antes da sessão onde foi demonstrado como e onde foram aplicados os recursos nesses quatro meses e também apresentou um déficit na casa de dois milhões, seiscentos e trinta e sete mil reais, e trouxe mais informações aos pares dizendo que achava importante que todos tivessem conhecimento da realidade da situação financeira do município para que depois não houvesse nenhuma alegação de que os vereadores não tinham se manifestado sobre a situação. Expôs cópia do Portal de Transparência no campo que demonstrava as "Despesas Empenhadas a Pagar", que se já estavam empenhadas era porque já tinham sido realizadas, todavia ainda não se tinha o recurso para pagá-las. Contou que o saldo dessas despesas demonstrava o valor de quatro milhões, duzentos e oitenta e três mil reais, que descontando o contrato de financiamento para construção de asfalto, que ainda tinha um saldo devedor de dois milhões trezentos e setenta e dois mil, ainda restava um déficit de despesas empenhadas a pagar em torno de um milhão e novecentos mil reais, que seria no momento o déficit real, mas ainda existia um agravante nisso tudo, que seria o não fechamento do mês de setembro e que os maiores repasses de recursos do mês já tinham sido recebidas, como FPM e ICMS, e se considerassem que tinha ainda a folha de pagamento, na ordem de um milhão de reais, a empenhar nesse mês, fecharia o mês de setembro com déficit na casa dos três milhões. Outra preocupação que registrou foi a situação demonstrada na prestação de contas, feita por técnicos do município, que já tinha uma execução orçamentária na casa de setenta e seis por cento, numa média de nove e meio por cento ao mês dessa execução, ou seja, nesse ritmo fecharia o mês de outubro praticamente sem orçamento para terminar o ano, por isso deixou registrado esse raciocínio, que não considerava demagógico e sim realista, pois os números apresentados é que diziam isso e queria deixar essa preocupação a todos porque certamente os vereadores seriam cobrados a partir do próximo mês se a máquina pública tivesse que parar conforme os números vinham dizendo e provavelmente toda a estrutura do município teria que ser paralisada nos meses de novembro e dezembro para o município cumprir com os seus compromissos, por isso é que estava trazendo essa preocupação aos vereadores, deixando uma cópia do documento retirado do Portal a disposição dos pares e dizendo ainda que gostaria que os vereadores analisassem e lhe cobrassem depois caso estivesse falando alguma besteira, e enfatizou que o município fecharia o mês



# Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

176

de setembro com déficit próximo dos três milhões de reais, o qual não sabia como seria revertido, comentando ainda que a prestação de contas apresentava os valores do último quadrimestre e não contemplava o déficit acumulado dos meses anteriores, mas era um caso para que todos tivessem conhecimento. O Vereador **OSVALDIR** falou também a respeito da audiência pública que infelizmente mais uma vez contou com pouca participação do público, e no momento em que se vivia uma campanha política deveria ter mais gente interessada em conhecer a real situação do município, pois afinal encontravam nesses dias muitas pessoas falando do futuro do município; de projetos; de idéias, e não tinham a mínima noção do que estavam, falando. Comentou dos dois jornais de propaganda que circulavam na cidade, sendo um do atual prefeito que trazia em letras grandes a informação de que o município teria investido vinte milhões de reais, questionando para onde teria ido esse dinheiro se a cada audiência pública era mostrado o orçamento do município e neste dia foi demonstrado que os convênios federais estavam zerados com o município, então vinte milhões de reais era muito dinheiro, que disse não ter visto. Falou que a preocupação maior era com a questão salarial, pois quando discutiam o reajuste dos servidores e a questão do magistério dizia-se que não poderia pagar, mas nessa prestação de contas puderam ver que o índice não estava comprometido e o problema não eram os servidores e sim as demais despesas relacionando que num momento extremamente difícil que o município passava, com contas a pagar como já tinha falado na sessão passada referentes à alimentação escolar e de remédios para a população, o prefeito contratou uma empresa para mexer na praça e conforme o Vereador Gilnelson também havia questionado, perguntou o que os vereadores poderiam fazer para impedir a insanidade desse cidadão de jogar dinheiro fora mais uma vez, e conforme o Vereador Laurici havia falado em sessão anterior na época eram vereadores e deixaram mexer na praça, questionando o que estariam fazendo no momento para impedir outra barbaridade, pois inicialmente o projeto do engenheiro seria para colocar as pedras de volta e reconstruir o muro, mas não tinham as pedras para recolocarem e aí pensaram em fazer com pedras menores, o que não foi permitido pelo engenheiro e após, iriam fazer um muro de concreto, e nisso questionou onde estavam os vereadores que não estavam impedindo isso e falou aos pares, se assim concordassem com o que estava dizendo, para impedirem que fosse jogado dinheiro fora; que concordava que a cidade precisava ter uma praça bonita mas questionou em qual momento deveria ser construída, se com toda a dívida apresentada pela gestão municipal seria esse o momento, ficando devendo as demais despesas como as farmácias que entregavam medicamentos para a saúde; o agricultor familiar que entregava pão para alimentar os alunos nas escolas e não deveria receber nos próximos meses, pedindo aos pares que respondessem se fariam alguma coisa ou apenas aplaudiriam e deixariam que acontecesse essa barbaridade que estavam fazendo. Encerrou falando ao Vereador Gilnelson que era companheiro caso tivesse algum procedimento jurídico que pudesse ser feito para impedir que essas coisas continuassem sendo feitas nesse período. Na **ORDEM DO DIA** nada constou para votação. Da **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **GILNELSON** agradeceu a presença das pessoas que comparecera na audiência pública dizendo que essa era sem dúvida uma das



# Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

177

mais importantes audiências por ser esclarecedora. Registrou que os alunos da escola de jiu-jitsu participaram no final de semana da quinta etapa paranaense e dos vinte alunos participantes, dezenove conseguiram medalhas, sendo a maioria medalhas de ouro, deixando mais uma vez os cumprimentos aos alunos e ao professor Eduardo pelo excelente trabalho que vinha fazendo junto a essas crianças. O Vereador **VALDIR CABRAL** falou a título de esclarecimentos sobre o que o Vereador Osvaldir havia comentado na Tribuna em relação às pedras da antiga praça e telhas da antiga prefeitura, que o mesmo bem sabia, pois era vereador e acompanhou, e no caso da prefeitura na época estava à frente da administração, fez um leilão pelo melhor preço e fez a doação a uma entidade, e esse vereador gostava de acompanhar e não apenas de acompanhar, mas também de interromper obras, falando que quando estava no aperto para concluir o prédio da Câmara teria vindo falar aos trabalhadores da obra que não teria necessidade de terminar naquele ano, e achava que interromper uma obra assim, de um ano para outro, atrapalhava, dava desgastes e perda. Disse que conhecia que isso era de costume do vereador e agora estava cobrando a interrupção de mais uma obra, mas respeitava a forma de cada um legislar, pois uns faziam na forma das coisas acontecer e outros para atrapalhar as administrações, e quanto às pedras disse que o mesmo era vereador na época e sabia bem para onde foram, e continuava apoiando as pessoas que destruíram e levaram para propriedades; que sabia bem onde era e comungava com esse tipo de coisa; que era muito fácil vir falar; estavam no poder de fiscalizar e seria bom que isso fosse feito, mas não só em período de política e no momento em que houvesse conveniência e depois deixassem tudo quieto. O Vereador **OSVALDIR** falou ao Vereador Valdir que gostaria que o mesmo e sua equipe não inaugurassem a praça do jeito que estava, pois era um costume do vereador inaugurar obras de outros sem estarem terminadas e também disse que durante todo o tempo em que foi vereador, já que estava lhe acusando de não ter fiscalizado também não o fez; em nenhum momento denunciou; em nenhum momento falou para onde foram as citadas pedras e somente agora estava fazendo, então, tinha alguma coisa errada com o fiscal e vereador que era também, e que não era obrigado a concordar com o que dizia, mas falava com convicção e tinha convicção do que estava dizendo. Disse também que estava falando da gestão Marino Kutianski da qual o Vereador Valdir não fazia parte ainda e que até pouco tempo era crítico, inclusive quando foi candidato a prefeito criticava bastante e agora não, e que não deveriam ficar brigando por essas questões, mas para toda ação tinha uma reação que de qualquer maneira vinha. Disse esperar que as propostas que estavam sendo colocadas pelos grupos políticos fossem concretizadas no futuro e pudessem fazer com que a população entendesse que as pessoas queriam o melhor para Inácio Martins e não as brigas que vinham acontecendo. Nada mais havendo a ser tratado o presidente declarou encerrada a sessão e convocou nova sessão ordinária para o dia vinte e seis de setembro no horário regimental ficando lavrada a presente ata, que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.